



**HOMENAGEM**  
Evento nesta segunda (13) vai celebrar a trajetória da professora Maria Lucia Werneck, que faleceu em dezembro.

**Página 2**

**UFRJ COMEÇA O ANO COM UM DUODÉCIMO DAS RECEITAS** Página 3

# REAJUSTE DEPENDE DA APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO

O governo federal enviou ao Congresso Nacional, em 31 de dezembro, a Medida Provisória que consolida os acordos de reestruturação de carreiras e reajustes de 38 categorias, incluindo os professores da UFRJ. A MP garante os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro, mas os novos valores só serão recebidos no contracheque depois da aprovação da Lei Orçamentária Anual.

A LOA deve ser votada na volta do recesso parlamentar, em fevereiro.

Confira, nesta edição, as tabelas com os novos salários.

**PÁGINAS 4 E 5**

## #OrgulhoDeSerUFRJ

FERNANDO SOUZA/ARQUIVO ADUFRJ

## HOMENAGEM PÓSTUMA A MARIA LUCIA TEIXEIRA WERNECK VIANNA

O Instituto de Economia, a AdUFRJ, em conjunto com a família, convidam para a homenagem póstuma à querida Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna.

**LOCAL:** Salão Pedro Calmon, Palácio Universitário, Campus da Praia Vermelha

**DATA:** Segunda-feira, 13 de janeiro de 2025

**HORÁRIO:** 17h

Venha celebrar e recordar a trajetória de Maria Lucia, cuja presença marcante e contribuições inestimáveis permanecem vivas em nossos corações e memórias.



## UFRJ HOMENAGEIA 25 ESTUDANTES MORTOS PELA DITADURA

Em 1969, Flávio Molina, aluno da Escola de Química, foi preso após uma invasão da polícia ao campus da Praia Vermelha. Perseguido, trancou a matrícula e se filiou à Aliança Libertadora Nacional. Foi preso e torturado até a morte em São Paulo, em 1971.

Molina foi um dos 25 estudantes da UFRJ mortos pela ditadura militar que foram homenageados em um memorial inaugurado em dezembro. "Somente em 1981 tive notícias da localização dos restos mortais dele. Depois de anos de buscas, testes de DNA no Brasil e no exterior, ele foi identificado em 2006", lembrou Gilberto Molina, irmão de Flávio, que fez questão de estar presente ao ato de inauguração. "Foram 35 anos de angústia buscando saber o que aconteceu com ele".

O totem está localizado em frente ao Restaurante Universitário Edson Luís, cujo nome homenageia o secundarista assassinado por policiais em 28 de março de 1968, durante manifestação por melhores



**PRESENTE!** Totem lista os nomes de 25 estudantes da universidade mortos no regime militar

condições no restaurante popular Calabouço, no Centro do Rio. A peça, produzida em aço inox, foi desenvolvida pelas estudantes Marcelle Lins e Natália Rodrigues, do curso de Comunicação Visual Design, sob a supervisão das professoras Irene Peixoto e Madalena Grimaldi. "É uma homenagem singela, mas com um peso emblemático de memória e reparação", destacou

Grimaldi, diretora da Escola de Belas Artes.

"É simbólico estar aqui", afirmou a deputada estadual Dani Balbi. "Continuamos lutando contra o arbítrio que vitimou esses estudantes e continua vitimando a juventude negra, pobre e periférica", completou ela.

O coordenador da Comissão de Memória e Verdade da UFRJ, professor José Sérgio

Leite Lopes, diz que o totem é apenas a primeira de outras ações que estão por vir. "Está em fase de estudo o projeto de construção de um monumento aos mortos e desaparecidos também aqui em frente ao RU Central", disse.

O reitor Roberto Medronho encerrou o ato chamando os nomes dos homenageados para a saudação do público. **(Renan Fernandes)**

ALESSANDRO COSTA

## PLANTÃO JURÍDICO VOLTA NO FIM DO MÊS

O atendimento jurídico da AdUFRJ retorna a partir de 28 de janeiro, de forma virtual, em função do recesso do Poder Judiciário. Os plantões presenciais na sede da AdUFRJ voltam a acontecer a partir de 4 de fevereiro. A assessoria jurídica solicita que documentos relativos a processos sejam enviados somente na volta do recesso.

Já a equipe de Comunicação e o setor administrativo voltaram às atividades nesta segunda, 6.

## CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

### RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC

Psicare

PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS

### MACAÉ



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA

### RIO DE JANEIRO E MACAÉ



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA



WELLHUB

# Orçamento curto dá o tom de um novo ano de desafios

> Universidade inicia 2025 com apenas um duodécimo do total das receitas previstas para o exercício e ainda com muitas despesas de 2024 para saldar

KELVIN MELO

kelvin@adufRJ.org.br

**A**inda sem um orçamento aprovado no Congresso Nacional, a UFRJ entra em 2025 com apenas um duodécimo das já insuficientes receitas previstas no projeto do governo enviado aos parlamentares. A fração, que representa R\$ 28,1 milhões mensais no caso da universidade, atende a um dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para manter o funcionamento mínimo da administração federal.

Os repasses seguirão fracionados em um doze avos até a votação ser concluída em Brasília, o que deve acontecer a partir de fevereiro, na volta do recesso do Legislativo. A primeira parcela chegou à instituição no dia 6.

Para se ter uma noção do tamanho do problema: considerando apenas as despesas relacionadas ao funcionamento básico, a reitoria estimava a necessidade de R\$ 471,5 milhões para este ano — somando passivos acumulados de exercícios anteriores. A proposta do governo, no entanto, reserva apenas R\$ 324 milhões para estas ações. Em reunião com as entidades representativas da UFRJ, no fim de dezembro, o reitor Roberto Medronho comparou a apertada situação financeira a fazer caber um elefante em uma caixa de fósforos.

## SERVIÇOS ESSENCIAIS

“Não dá para pagar todos os contratos, mas pelo menos pagaremos uma fatura dos mais essenciais, como limpeza e segurança. A ideia é não paralisar os serviços que são importantes



para a comunidade e, ao mesmo tempo, preservar os salários de nossos terceirizados”, afirma a reitora em exercício, professora Cássia Turci — o professor Roberto Medronho está de férias.

A pró-reitoria de Finanças estimava um débito geral de aproxi-

madamente R\$ 180 milhões em 17 de dezembro do ano passado, somando passivos de exercícios anteriores. “Ainda estamos levantando as despesas pendentes de 2024, o que deve levar um bom tempo, pois as notas fiscais de dezembro ainda não chegaram”,

informa o superintendente geral de Orçamento, George Pereira.

A única rubrica 100% liberada são as receitas próprias da UFRJ, no limite de R\$ 72,2 milhões. Mas o valor depende da arrecadação ao longo do ano. Do montante, R\$ 2 milhões poderão ser

utilizados para investimentos. “Esse pequeno valor de investimento é para atender às despesas do dia a dia”, explica George.

## OTIMISMO

Apesar de todas as dificuldades, a reitoria passa uma mensagem de otimismo para este ano por obras que serão feitas com recursos não vinculados ao orçamento discricionário da universidade.

Há a expectativa de avanços nas obras do equipamento cultural, do prédio com 80 salas de



**“Não dá para pagar todos os contratos, mas pelo menos pagaremos uma fatura dos mais essenciais”**

CÁSSIA TURCI

Reitora em exercício da UFRJ

## ATRASSO NA VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PELOS PARLAMENTARES NÃO É INCOMUM

Não é a primeira vez que o Congresso Nacional deixa para votar o orçamento da União após dezembro do exercício anterior. Desde 1988, a situação já se repetiu em pelo menos 11 oportunidades, de acordo com a Agência Senado. O maior atraso ocorreu em 1994: o Orçamento daquele ano só foi aprovado em outubro — após 14 meses de

tramitação e a menos de três meses do fim do exercício.

Nesta quinta-feira (9), o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse que há um acordo entre os integrantes da Comissão Mista do Orçamento para que a peça seja votada na primeira quinzena de fevereiro, ainda antes do Carnaval.

aula e do bandeirão. Todas no campus Praia Vermelha.

“Há também as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que são de assistência estudantil. Já estamos com os projetos todos revisados”, afirma Cássia.

Estão previstos R\$ 44 milhões de investimento no complexo estudantil CT/CCMN e mais R\$ 10 milhões na construção em módulos, ao lado do novo prédio do Instituto de Física, no campus Fundão.

Além disso, a reitoria aguarda um decreto presidencial que permitirá à UFRJ fazer o leilão dos 11 andares que a universidade possui no prédio Ventura Towers, no Centro do Rio. A negociação do espaço será realizada em troca de obras — muitas paralisadas há anos — na UFRJ.

## STF SUSPENDE REPASSES DE EMENDAS PARA A COPPETEC

A disputa entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional pela transparência das emendas parlamentares produziu um efeito inesperado na UFRJ. Com base em relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) do final de dezembro, o ministro Flávio Dino mandou suspender de forma imediata os repasses a 13 entidades que não divulgariam ou não forneceriam de forma adequada as informações sobre os recursos recebidos. Entre elas, a Coppetec, maior fundação de apoio à universidade.

Desde 2020 — período analisado pela CGU —, a entidade recebeu pagamentos de 22 emendas

parlamentares que totalizam R\$ 61,9 milhões. “Os dados estavam todos disponíveis. A terminologia que a gente usa aqui é projeto, convênio ou contrato. Projeto pode estar associado a um convênio ou contrato. Por trás deste projeto, tem um financiador, que pode ser uma emenda. Mas o filtro da CGU era baseado em ‘emenda’ e a gente não tinha isso diretamente”, esclarece o professor Glaydston Mattos Ribeiro, diretor-executivo da Coppetec.

A decisão do ministro Flávio Dino foi divulgada no dia 3 e a fundação tem trabalhado desde então para se adequar aos parâmetros

da CGU. “A nossa primeira providência foi aperfeiçoar o site para torná-lo mais acessível e completo em relação às emendas”, afirma o diretor-superintendente da Coppetec, professor Antonio Figueiredo. Desde o dia 9, o portal da Coppetec apresenta um link exclusivo para os projetos financiados por emendas.

Esta semana, ao lado de outras fundações de apoio, a Coppetec participou de uma reunião com a CGU para debater o problema. Os dirigentes explicaram aos representantes do órgão de controle que, para além da suspensão dos repasses dos emendas, a decisão

do STF tem outro aspecto que pode prejudicar as pesquisas da UFRJ: o ministro Flávio Dino também determinou a inscrição das 13 entidades no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) pelos órgãos competentes do Poder Executivo.

“Isso teria um impacto enorme sobre todos os recursos oriundos da esfera federal. Ficariam automaticamente bloqueados”, diz Figueiredo. Antes públicos de outras esferas e empresas também poderiam deixar de aplicar verbas via Coppetec. Hoje, a fundação

atende mais de 40 unidades e Centros da UFRJ.

“Enviamos os aperfeiçoamentos no Portal de Transparência da Coppetec para a CGU, que já fez a verificação e aprovou. Já encaminhamos para o STF a petição de anulação das sanções. Aguardamos resposta para as próximas horas”, disse Figueiredo, no dia do fechamento desta edição.

## FUJB NÃO FOI AFETADA

A Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), outra fundação de apoio da UFRJ, não foi afetada pela medida do STF. Ela não se enquadrava entre os critérios de seleção adotados pela CGU, relacionados ao volume de empenhos de emendas em dezembro último.

# Reajuste vem, mas não será em janeiro

> Aumento nos contracheques depende da aprovação da LOA, que só deve ser votada no Congresso no fim do recesso parlamentar, a partir de 2 de fevereiro

SILVANA SÁ  
silvana@adufjrj.org.br

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) encaminhou ao Congresso Nacional, no dia 31 de dezembro, a Medida Provisória 1286/2024. O documento consolida os acordos de reestruturação de carreiras e reajustes de 38 categorias do funcionalismo federal. Os professores do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico estão incluídos na MP. Embora a medida tenha aplicação imediata, o aumento salarial es-

perado para janeiro ainda não será recebido pelos servidores neste mês.

O problema é que falta a aprovação da Lei Orçamentária Anual, que define como se dará a aplicação e a divisão dos recursos no orçamento federal. A LOA só deverá ser votada em fevereiro, após o fim do recesso parlamentar. Dessa forma, o mais provável é que os professores federais e as demais categorias englobadas pela MP 1286 só recebam os valores em março ou abril.

A MP, no entanto, garante a aplicação dos efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro. Por isso, após a aprovação da LOA, os servidores receberão os valores retroativos. Senado e Câmara dos Deputados ainda



**O governo tem um compromisso conosco, mas não controla o Congresso nos últimos anos”**

**CARLOS FREDERICO ROCHA**  
Diretor do Instituto de Economia

precisarão aprovar o texto em até 120 dias para que a MP se torne lei definitiva.

Para o professor Carlos Frederico Leão Rocha, diretor do Instituto de Economia, os servidores passarão por insegu-

ranças desnecessárias neste início de ano. “Isso já deveria ter sido resolvido. Se a lei já tivesse sido aprovada, o gasto obrigatório estaria garantido”, apontou o economista. Para ele, o problema não é orçamentário, mas político. “O governo tem um compromisso conosco, mas não controla o Congresso nos últimos anos. Há claras tensões sobre o nosso reajuste que geram incertezas se a promessa do governo será cumprida”, avalia.

Além da disputa pelas emendas parlamentares, Câmara e Senado terão eleições de suas presidências. Mais um elemento, segundo Leão Rocha, para aumentar as incertezas sobre o reajuste. “Além disso, a própria necessidade de aprovação da

MP pelo Congresso se torna mais um ponto de tensão”.

## 9% EM 2025

O acordo fechado com os professores federais no ano passado prevê 9% de reajuste salarial em janeiro deste ano e 3,5% em abril de 2026. Além disso, há mudanças no início da carreira para o Magistério Superior e o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. A partir de agora, as antigas classes A e B (do Magistério Superior) e D I e D II (do EBTT) se tornam uma única classe de entrada (A) – veja tabelas abaixo. De acordo com a Pró-reitoria de Pessoal da UFRJ, 605 professores do MS e 33 docentes do EBTT irão compor a nova classe.

Ainda em relação à estrutura das carreiras, o acordo, agora oficializado pela MP, prevê alteração nos steps – os degraus entre as classes. O novo cálculo contempla os adjuntos 2 a 4 e associados 2 a 4 do Magistério Superior. Também se aplica às classes D III 2 a 4 e D IV 2 a 4 – novos B 2 a 4 e C 2 a 4 do EBTT. O percentual de ganho passa de 4% para 4,5% em 2025, e de 4,5% para 5% em 2026. As novas tabelas salariais para 2025 estão na página 5. No nosso site, é possível consultar também as tabelas relativas a 2026.

Segundo MGI, o impacto orçamentário da MP para 2025 é de R\$ 16,2 bilhões, valor já previsto no projeto de lei do orçamento deste ano. Para 2026, o impacto será menor: R\$ 8 bilhões. “Os reajustes estão alinhados ao orçamento e respeitam o arcabouço fiscal, crescendo abaixo do limite estabelecido. A despesa com pessoal seguirá estável, representando cerca de 2,6% do PIB, o mesmo patamar registrado em 2022”, afirmou a ministra Esther Dweck, durante coletiva de imprensa que detalhou a medida.

## REPERCUSSÃO

Coordenador do Fonasefe, o fórum dos servidores públicos federais, o professor David Lobão lamentou a demora na aprovação da LOA. “É uma pressão que o Congresso reacionário faz no sentido de querer controlar a máquina estatal. É um absurdo o prejuízo que isso causa”, afirmou. Apesar da avaliação negativa, ele tranquilizou os professores. “A MP foi uma resposta positiva para garantir que o acordo será cumprido, retroativamente a 1º de janeiro, assim que a LOA for aprovada”, avaliou. “Estamos dispostos a fazer uma campanha junto com o governo pela aprovação da LOA e contra as emendas parlamentares”. Por nota, a Federação Proifes chamou de irresponsável a condução do Congresso Nacional na aprovação do orçamento. “É de se lamentar que uma peça fundamental para o funcionamento do Estado brasileiro e, em particular, do Governo Federal, continue a ser apreciada de forma irresponsável e sujeita a interesses escusos”. No documento, o Proifes reforça que os docentes não sofrerão perdas salariais. “A Federação conside-

## A NOVA ESTRUTURA DAS CARREIRAS

SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2024			SITUAÇÃO A PARTIR DE JANEIRO DE 2025		
CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	CARREIRA	CLASSE	NÍVEL
MAGISTÉRIO SUPERIOR	E / Titular	1	MAGISTÉRIO SUPERIOR	D / Titular	1
		4			C / Associado
	3	3			
	2	2			
	1	1			
	C / Adjunto	4		B / Adjunto	
		3			3
		2			2
		1			1
	B / Assistente	2		A / Assistente	1
		1			
	A / Adjunto A/ Assistente	2			
A / Auxiliar	1				

SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2024			SITUAÇÃO A PARTIR DE JANEIRO DE 2025		
CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	CARREIRA	CLASSE	NÍVEL
MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	Titular	1	MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	Titular	1
		4			C
	3	3			
	2	2			
	1	1			
	D IV	4		B	
		3			3
		2			2
		1			1
	D III	2		A	1
		1			
		2			
	D II	2			
		1			
	D I	2			
1					

ra que, embora tenha ocorrido o adiamento da votação do Orçamento da União, o reajuste de 9% estará nos nossos contracheques de forma retroativa, ou seja, sem perdas salariais”. Já o presidente do Andes, o professor Gustavo Seferian, criticou o governo pela demora na edição da MP, pelo formato e pelo conteúdo do documento. “Denota a irresponsabilidade do governo em não conduzir de forma célere o acordo firmado ainda em junho”, disse. Para Seferian, o governo também errou ao apresentar uma medida provisória, e não um projeto de lei.

Para o professor Rodrigo Nunes da Fonseca, diretor da AdUFRJ, é preciso lembrar que o atual governo é de coalizão e que existe enorme disputa sobre o orçamento federal. “O orçamento tem sido sequestrado pelas emendas parlamentares. Esta disputa afeta não só os nossos salários, mas todas as políticas públicas do país”, analisa. Rodrigo lembra que, no fim do ano passado, o Observatório do Conhecimento — rede formada por associações e sindicatos de docentes de todas as regiões do país em defesa da universidade pública e da liberdade acadêmica — realizou um seminário para debater justamente o orçamento e os impactos das emendas nas políticas públicas na área de Educação, Ciência e Tecnologia. “São mais de R\$ 50 bilhões em emendas parlamentares. Na nossa avaliação, o governo optou pela MP por conta do momento político, de forma a garantir o reajuste imediatamente após a aprovação da LOA”.

### PROGRESSÃO

A MP prevê a possibilidade da adoção de critérios para progressão e promoção nas carreiras, tais como: resultados obtidos em avaliação de desempenho individual; frequência e aproveitamento em atividades de capacitação; titulação; ocupação de funções de confiança; tempo de efetivo exercício no cargo e exercício em unidades de lotação prioritárias. Atualmente, muitos servidores, quando alcançam o topo da carreira, não são mais avaliados. Com a MP, essa realidade muda. Os servidores passam a ser avaliados ao longo de toda sua vida funcional.

A MP instituirá, além disso, um mecanismo de “incentivo de desempenho excepcional”. Em caso de realização comprovada de entregas diferenciadas, o servidor poderá acelerar sua progressão, em até dois níveis, durante sua vida funcional. Uma forma de chegar mais rápido ao topo da carreira. Segundo o Ministério da Gestão, “a partir da MP, e após a sua conversão em Lei, cada órgão apresentará sua respectiva proposta de decreto para regulamentar a progressão, a promoção e os critérios de avaliação de desempenho”.

### TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO

A MP também transforma 14.989 cargos vagos e obsoletos em 15.670 cargos novos, sem impacto orçamentário, segundo

## OS NOVOS SALÁRIOS A PARTIR DE JANEIRO DE 2025

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA					
MAGISTÉRIO SUPERIOR E EBTT					
EM R\$					
CLASSE	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO + RT			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
D / Titular / Titular-livre	1	12.689,71	13.843,32	17.304,15	24.802,62
C / Associado	4	11.536,08	12.584,82	15.730,83	22.547,81
	3	11.039,32	12.042,90	15.053,62	21.576,86
	2	10.563,93	11.524,30	14.405,37	20.647,71
	1	10.109,03	11.028,04	13.785,05	19.758,57
B / Adjunto	4	8.185,45	8.929,59	11.161,98	15.998,84
	3	7.832,97	8.545,06	10.681,32	15.309,90
	2	7.495,66	8.177,09	10.221,36	14.650,38
	1	7.172,89	7.824,97	9.781,21	14.019,93
A / Assistente	1	6.798,94	7.417,03	9.271,29	13.288,85

40 HORAS					
MAGISTÉRIO SUPERIOR E EBTT					
EM R\$					
CLASSE	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO + RT			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
D / Titular / Titular-livre	1	8.680,91	9.286,57	11.103,22	15.040,18
C / Associado	4	7.891,73	8.442,33	10.094,08	13.672,88
	3	7.551,86	8.078,78	9.659,40	13.084,07
	2	7.226,70	7.730,89	9.243,45	12.520,67
	1	6.915,49	7.397,98	8.845,40	11.981,50
B / Adjunto	4	5.599,60	5.990,27	7.162,34	10.001,62
	3	5.358,46	5.732,32	6.853,85	9.283,85
	2	5.127,72	5.485,47	6.558,71	8.884,06
	1	4.906,34	5.249,25	6.276,27	8.501,49
A / Assistente	1	4.651,09	4.975,59	5.949,47	8.058,29

20 HORAS					
MAGISTÉRIO SUPERIOR E EBTT					
EM R\$					
CLASSE	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO + RT			
		APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
D / Titular / Titular-livre	1	6.056,40	6.344,85	7.210,06	9.084,68
C / Associado	4	5.505,86	5.768,05	6.554,92	8.560,31
	3	5.268,76	5.519,66	6.272,34	7.903,15
	2	5.041,87	5.281,97	6.002,24	7.562,82
	1	4.824,77	5.054,52	5.743,77	7.237,16
B / Adjunto	4	3.906,69	4.092,72	4.650,83	5.860,04
	3	3.738,46	3.916,48	4.450,55	5.607,69
	2	3.577,47	3.747,83	4.258,78	5.366,22
	1	3.423,42	3.586,44	4.075,10	5.135,73
A / Assistente	1	3.244,95	3.399,47	3.863,04	4.867,43



O orçamento tem sido sequestrado pelas emendas parlamentares”

RODRIGO NUNES DA FONSECA  
Diretor da AdUFRJ

o Ministério. Dentre eles, dois no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Ainda de acordo com o MGI, serão criados, por transformação, 6.060 cargos de Analista em Educação (nível superior) e 4.040 de Técnico em Educação (nível médio). A MP ainda permite que, quando ficarem vagos, os cargos atualmente ocupados e com provimento vedado sejam transformados em 9.340 novos

cargos de Analista em Educação e 6.226 novos cargos de Técnico em Educação.

Coordenador do Sintufrj, Esteban Crescente reconhece que os ganhos financeiros estão garantidos para os servidores pela Medida Provisória, mas critica a reestruturação de cargos. “O texto não passou pela Comissão Nacional de Supervisão de Carreira, que é uma instância de mediação, e isso traz problemas, a nosso ver. Um deles, é

que o governo não acatou nosso pedido para que houvesse o cargo de Auxiliar em Educação, voltado ao nível fundamental”, pontuou. “Outra questão é que consideramos que alguns cargos atuais que não têm concurso deveriam ser reabertos”, disse. Ele dá exemplos: “Os cargos da área de Libras, cortados no governo Temer, e de vigilância universitária. Não achamos que esses cargos deveriam ser transformados”.

# #DITADURANUNCAMAIS



RICARDO STUCKERT/PR

## PARA NÃO ESQUECER

Cerimônia no Planalto marcou os dois anos da tentativa de golpe de 8 de janeiro e o anúncio da criação do Prêmio Eunice Paiva de Defesa da Democracia

> A premiação de Fernanda Torres com o Globo de Ouro de melhor atriz em filme de drama por seu papel em “Ainda estou aqui” virou motivo de orgulho nacional e foi o grande assunto da semana. Fernanda combinou força e sutileza ao interpretar Eunice Paiva, esposa do ex-deputado Rubens Paiva, cassado, torturado e morto pela ditadura militar em 1971.

> A cerimônia aconteceu na semana em que o Brasil recordou as cenas da tentativa de golpe de Estado do dia 8 de janeiro de 2023. O presidente Lula parafraseou o título do filme em discurso de valorização da democracia no Palácio do Planalto. “Hoje é dia de dizermos em alto e bom som: ainda estamos aqui”. Durante o evento, o presidente assinou o decreto que criou o Prêmio

Eunice Paiva de Defesa da Democracia. A distinção será oferecida anualmente a pessoas que tenham colaborado para a preservação, conservação ou consolidação do regime democrático no Brasil.

> No final de 2024, a UFRJ inaugurou um totem em homenagem aos 25 estudantes mortos pelo regime. Um dos nomes homenageados foi o de Stuart Angel, estudante do Instituto de Economia assassinado pelos militares em 1971. A jornalista Hildegard Angel, irmã de Stuart, esteve no ato de inauguração do memorial e celebrou o sucesso do filme. “É como se as pessoas tivessem redescoberto essa parte da história do Brasil. Essa luta tem que ser contínua”, disse. Hildegard se emocionou ao lembrar do irmão. “Obrigado, Stuart. Estou aqui falando por você”.

## GLOBO DE OURO

Fernanda Torres recebeu de Viola Davis o prêmio de melhor atriz em filme de drama



GOLDENGLOBES.COM

# #DEMOCRACIASEMPRE